

COLETIVIDADE E MEMÓRIA VIVA NA RESISTÊNCIA CONTRA REMOÇÕES: O PLANEJAMENTO INSURGENTE NO TERRITÓRIO DO SERVILUZ EM FORTALEZA (TERRITÓRIO, LUTAS SOCIAIS E PLANEJAMENTO EM CONTEXTO DE CONFLITO)

Débora Costa Sales

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D | UFC) e co-fundadora do Quintau Coletivo | deboracosta@arquitetura.ufc.br

Sessão Temática 10: Território, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: O artigo aborda o planejamento insurgente no Serviluz, território na orla de Fortaleza, contra as ameaças de remoção decorrentes do restauro do Farol do Mucuripe, patrimônio histórico localizado na ZEIS Cais do Porto. Objetiva-se dar visibilidade às estratégias de organização comunitária e práticas contra-hegemônicas frente à produção capitalista do espaço, que privilegia o turismo e a especulação imobiliária em detrimento do direito à cidade. O trabalho desenvolve-se em três partes: contextualização das dinâmicas de poder e conflitos urbanos no Serviluz; sintetização da organização comunitária e uma breve abordagem do Plano Popular da ZEIS Cais do Porto; e as repercussões da mobilização comunitária na preservação do Farol. A pesquisa se ancora na experiência prática da autora como assessora técnica popular e seu envolvimento acadêmico com planejamento urbano insurgente. Ressalta-se que a resistência popular no Serviluz evidencia a potência da memória e da coletividade como ferramentas para a construção de cidades justas e democráticas

Palavras-chave: Planejamento Insurgente; Remoções; Patrimônio Cultural; Resistência territorial;

COLLECTIVITY AND LIVING MEMORY IN THE RESISTANCE AGAINST EVICTIONS: INSURGENT PLANNING IN SERVILUZ, FORTALEZA

Abstract: *The article addresses insurgent planning in Serviluz, a coastal territory in Fortaleza, against the threats of removal resulting from the restoration of the Mucuripe Lighthouse, a historical heritage site located in the ZEIS Cais do Porto. The objective is to highlight the strategies of community organization and counter-hegemonic practices in response to the capitalist production of space, which prioritizes tourism and real estate speculation to the detriment of the right to the city. The work is developed in three parts: contextualization of power dynamics and urban conflicts in Serviluz; synthesis of community organization and a brief discussion of the ZEIS Cais do Porto Popular Plan; and the repercussions of community mobilization in preserving the lighthouse. The research is grounded in the author's practical experience as a popular technical advisor and academic involvement in insurgent urban planning. It emphasizes that popular resistance in Serviluz demonstrates the power of memory and collectivity as tools for building fair and democratic cities.*

Keywords: *Insurgent Planning; Removals; Cultural Heritage; Territorial Resistance.*

COLECTIVIDAD Y MEMORIA VIVA EN LA RESISTENCIA CONTRA LOS DESAJOS: PLANIFICACIÓN INSURGENTE EN SERVILUZ, FORTALEZA

Resumen: *El artículo aborda la planificación insurgente en Serviluz, un territorio costero de Fortaleza, frente a las amenazas de desalojo derivadas de la restauración del Faro de Mucuripe, un patrimonio histórico ubicado en la ZEIS Cais do Porto. El objetivo es visibilizar las estrategias de organización comunitaria y las prácticas contrahegemónicas ante la producción capitalista del espacio, que prioriza el turismo y la especulación inmobiliaria en detrimento del derecho a la ciudad. El trabajo se desarrolla en tres partes: contextualización de las dinámicas de poder y los conflictos urbanos en Serviluz; síntesis de la organización comunitaria y una breve discusión del Plan Popular de la ZEIS Cais do Porto; y las repercusiones de la movilización comunitaria en la preservación del faro. La investigación se basa en la experiencia práctica de la autora como asesora técnica popular y su implicación académica en la planificación urbana insurgente. Se resalta que la resistencia popular en Serviluz evidencia la potencia de la memoria y la colectividad como herramientas para la construcción de ciudades justas y democráticas.*

Palabras clave: *Planificación Insurgente; Desalojos; Patrimonio Cultural; Resistencia Territorial.*

INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano no Brasil historicamente têm refletido intensos conflitos entre diferentes agentes e interesses sobre o uso e a ocupação do solo. Em Fortaleza, a gestão e o planejamento da cidade refletem um padrão recorrente de priorização de interesses econômicos em detrimento das condições básicas de reprodução social. Conforme apontado por diversos estudos (Freitas, 2019; Pequeno, 2020), o desenvolvimento urbano da capital é marcado pela coalização entre agentes estatais e privados de um lado e, de outro, os agentes que lutam por uma cidade justa e democrática. Para a gestão da orla, por exemplo, destaca-se o intuito de preservar e requalificar alguns trechos sob uma lógica de supervalorização do espaço para fins turísticos, além da desburocratização dos processos, como aponta o Projeto Orla (2018).

Nesse contexto, a política urbana recente de Fortaleza tem se centrado na elaboração de planos estratégicos que promovem a imagem de uma cidade atraente para investimentos e negócios. Entre a flexibilização de instrumentos urbanísticos e a redução da participação popular, a cidade se desenvolve em dois eixos contrastantes: de um lado, áreas de intensa verticalização e produção imobiliária de alto padrão; de outro, regiões marcadas pela estagnação e pela segregação socioespacial. No caso da gestão da orla, como propõe o Projeto Orla (2018), destaca-se o objetivo de preservar e requalificar certos trechos sob uma lógica de supervalorização do espaço para fins turísticos, além de desburocratizar os processos de ocupação e uso.

O território do Serviluz, localizado na orla leste de Fortaleza, no Grande Mucuripe, é um exemplo emblemático de resistência frente às dinâmicas de exclusão urbana. Situado entre duas áreas de grande interesse turístico, a Praia de Iracema e a Praia do Futuro, o território em questão é palco de inúmeros conflitos urbanos, colocando a comunidade que há décadas ocupa o entorno do Farol do Mucuripe, patrimônio histórico da cidade, em situação de vulnerabilidades pelas inúmeras ameaças de remoção.

O processo mais recente foi em 2021, quando o Governo do Estado, através do Decreto 34.451, decretou de utilidade pública, para fins de desapropriação, 88 imóveis inseridos em uma poligonal criada para receber obras de urbanização no entorno do Farol, apoiando-se em argumentos baseados no desenvolvimento econômico proporcionado pelo turismo e na preservação e restauro do bem tombado.

Cabe destacar que o Serviluz abrange duas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) prioritárias de Fortaleza: a ZEIS Serviluz e a ZEIS Cais do Porto, sendo a segunda a área onde está localizado o Farol. O Decreto em questão ilustra mais um processo repleto de contradições inerentes à produção capitalista do espaço, uma vez que as ZEIS, por lei, deveriam resguardar à população de baixa renda a função social da cidade e da propriedade urbana. O que vem ocorrendo, no entanto, é a constante desconsideração dos desejos da comunidade para o território, mesmo com a participação dos moradores nos espaços de planejamento e gestão promovidos pelo estado.

Nesse contexto, o Plano Popular da ZEIS Cais do Porto (PPCP), documento iniciado em 2019 e publicado em 2023, emerge como um instrumento de insurgência, fruto da construção coletiva entre moradores e assessorias técnicas. Mais do que a proposição de soluções para o território, o plano simboliza um repertório de luta social que integra memória, identidade cultural e estratégias de resistência territorial, apontando para a importância de uma política urbana orientada pelas construções coletivas que promovam a justiça social e reconheçam os moradores do território como protagonistas na produção do espaço. Para o entorno do Farol, além de expressar o desejo pela permanência, a população reivindica no plano a criação de “Espaços de Memória Comunitária e Cultura Viva”, destacando a potencialidade do uso social do patrimônio edificado.

Assim, o presente artigo tem como objetivo relatar as diferentes estratégias de organização e mobilização popular existentes no território do Serviluz, especificamente, no caso da resistência à ameaça de remoção relacionada ao restauro do Farol do Mucuripe. Apesar da vitória da comunidade com a revogação do decreto em maio deste ano, esse processo de luta social, que também envolve o direito à memória, se estende até o presente momento devido aos entraves relacionados à gestão compartilhada do patrimônio.

O texto desenvolvido a seguir está dividido em três partes orientadas por algumas questões relacionadas à luta pela permanência em situações de insegurança fundiária. A primeira parte aborda as dinâmicas de poder, desigualdades e conflitos urbanos no inerentes ao Serviluz, buscando apresentar o contexto do território estudado. Em seguida, relaciona-se o processo de produção e apropriação do Plano Popular à organização e à mobilização popular, considerando as articulações em rede da luta social no recorte investigado. A terceira parte apresenta as repercussões do processo de reivindicação de direitos ligado ao restauro do Farol do Mucuripe.

Os antecedentes que fundamentam este artigo estão intimamente ligados à trajetória acadêmica e prática da autora, construídas ao longo da formação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Ceará e da atuação como assessora técnica popular na Organização da Sociedade Civil (OSC) Quintau Coletivo. Durante a graduação, a pesquisa desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi resultado de um processo gradual de aproximação com o tema do planejamento urbano e do Direito à Cidade, ancorado em experiências de extensão e pesquisa vinculadas ao Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo (ArqPET) e ao Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB). Nessas experiências, a autora pôde estudar a financeirização do desenvolvimento urbano em Fortaleza e explorar o planejamento insurgente (Miraftab, 2009, 2016) em projetos como o Plano Popular do Bom Jardim.

Posteriormente, a vivência direta no território do Serviluz, por meio da atuação em assessoria técnica popular à Associação de Moradores do Titazinho (AMT) e à Comissão Titan (CT), foi determinante para o aprofundamento do olhar crítico sobre os desafios enfrentados pela comunidade diante da lógica estratégica e mercadológica na gestão da

cidade. Nesse percurso, a coletividade e a organização popular se destacaram como aspectos centrais da luta social, conectando reivindicações por memória, identidade cultural e direito à cidade às práticas de planejamento insurgente. Essa imersão no território consolidou o interesse da autora em compreender como a memória coletiva e a organização comunitária podem enfrentar os processos de desterritorialização, tornando-se um dos eixos principais de sua pesquisa e atuação.

Com o relato aqui apresentado, considerando a importância de dar mais visibilidade à luta popular no contexto do Serviluz, pretende-se também contribuir para a ampliação do repertório de práticas de planejamento em contextos de conflito. Considera-se que ao documentar e refletir sobre as estratégias comunitárias, cria-se a possibilidade de inspirar e informar processos semelhantes em outros contextos, podendo estimular outras práticas contra-hegemônicas e contribuir para a construção de cidades mais democráticas e socialmente responsáveis.

O caso do Serviluz, no contexto de restauro do Farol do Mucuripe, marcado pela articulação coletiva, pela defesa do patrimônio cultural e pelo enfrentamento às tentativas de remoção, revela não apenas a resiliência e a criatividade da luta popular, como ilumina a esperança de que caminhos alternativos, justos e inclusivos são possíveis.

DINÂMICAS DE PODER, DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E CONFLITOS TERRITORIAIS NO SERVILUZ

Com mais de 7 mil habitantes por km², Fortaleza é uma das capitais mais densas do país. Segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHISFor), de 2012, 40% da população vive em assentamentos precários, ocupando apenas 13% do território urbano. Dados da Fundação João Pinheiro, de 2022, revelam que a cidade apresenta um déficit habitacional de mais de 120 mil moradias. Por outro lado, Fortaleza é apresentada como uma cidade competitiva¹, com grande potencial para a atividade turística e para os negócios urbanos. Pequeno e Capasso (2021) destacam que, desde a aprovação do Plano Diretor Participativo (PDP), em 2009, os instrumentos voltados para a promoção da função social da terra tiveram sua implementação negligenciada. Ao mesmo tempo, foram aprovados grandes empreendimentos no entorno de bens tombados, flexibilizados parâmetros de uso do solo relacionados à verticalização de áreas de interesse do mercado imobiliário e firmadas parcerias público-privadas orientadas pela valorização da terra.

Assim, o desenvolvimento urbano de Fortaleza, nas últimas décadas, tem sido fortemente marcado por processos de segregação socioespacial e pela priorização de investimentos em negócios urbanos. A partir da análise dos grandes projetos urbanos destinados ao Serviluz, com interesse na financeirização da produção da cidade, o Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB) atesta um grave problema urbano inerente a Fortaleza (Pequeno, Pinheiro e Barretto, 2021), que afeta profundamente comunidades historicamente constituídas. São indícios de um planejamento urbano alinhado aos interesses do capital,

que notadamente concebe a orla como um espaço propício para a geração de renda, seja por meio da atividade turística, industrial ou imobiliária (Paiva, Feitoza e Collares, 2020). Nos projetos e políticas urbanas, negligencia-se, então, a provisão de infraestrutura básica e o direito à cidade para a população residente em áreas de interesse do mercado.

Frente à precariedade das moradias de boa parte da população, o quadro de mudanças na produção habitacional em Fortaleza aponta para um cenário de retração da produção de interesse social, aumento da precariedade e intensificação dos casos de remoção. Segundo Pequeno (2020), as dinâmicas de ameaças e remoções existentes na cidade revelam um campo de poder desequilibrado, em que instituições públicas do Executivo, tanto estadual quanto municipal, e agentes privados estabelecem relações de apoio mútuo, reforçando estruturas opressoras. No campo das resistências pela permanência, os grupos oprimidos recorrem ao próprio Estado, a escritórios de direitos humanos e a coletivos engajados na defesa do direito à cidade e à moradia digna. Em uma análise mais ampla, percebe-se a difusão de conflitos territoriais que agravam a segregação socioespacial.

Ainda, com a dissociação entre a política urbana e a política de preservação, Fortaleza apresenta um quadro de impasse em relação ao patrimônio cultural edificado (Capasso, 2023). Essa problemática se manifesta em um cenário de deterioração e demolições de patrimônios históricos, bem como em intervenções inadequadas nas edificações tombadas e em seus entornos. Exemplo disso é a construção do Mercado dos Peixes na área envoltória da Igreja São Pedro dos Pescadores, no Mucuripe, e a demolição do histórico Edifício São Pedro, na Praia de Iracema, ambos situados na orla da cidade, evidenciando, mais uma vez, a concepção do solo urbano como mercadoria.

Nesse contexto, como aponta Freitas (2019), em resposta ao fracasso do planejamento urbano institucional na garantia de direitos básicos, as práticas insurgentes de comunidades, movimentos sociais e assessorias técnicas têm demonstrado um significativo potencial na luta pelo direito à cidade. Embora as gestões públicas venham adotando um discurso de inclusão social e uma linguagem progressista desde o PDPFor, na prática, os investimentos continuam sendo direcionados para as áreas elitizadas, enquanto os espaços de participação social articulados pela institucionalidade permanecem, em geral, ineficazes. Assim, principalmente por meio das comunidades organizadas nas ZEIS, tem sido produzida uma agenda política própria, com a elaboração de projetos e planos populares que destacam modos alternativos de desenvolvimento. De um extremo a outro de Fortaleza, a população negligenciada pelas políticas públicas cria ferramentas de coletividade e se engaja em lutas por transformações pautadas nas demandas dos territórios vulnerabilizados.

No território do Serviluz, a coletividade e a criatividade na resistência às adversidades parece ser, desde os primórdios da ocupação, uma constante. O uso para moradia da orla que hoje é conhecida como Cais do Porto, bairro do Grande Mucuripe, em Fortaleza, remonta ao período de intensificação da migração do campo para a capital devido a secas da primeira metade do século XX. Assim, apesar dos empecilhos gerados pela topografia e pela

falta de planejamento urbano, o entorno do Farol do Mucuripe (Figura 1), construído em 1840, tornou-se abrigo para retirantes, que formaram uma comunidade de pescadores.

Figura 1: Imagens do entorno do Farol do Mucuripe pré e pós ocupação respectivamente.



Fonte: História & Fotos, site IBGE Cidades (ano desconhecido) e Arquivo Nirez (1905).

A partir dos anos 60, com as transformações urbanas ocasionadas pela construção de um novo porto para a cidade no Cais do Porto e com as obras de modernização de outras partes da orla de Fortaleza, a área em questão passou a abrigar também trabalhadores atraídos pelas indústrias que se instalaram próximo ao cais e moradores de praias distantes removidos pelas obras, como a da construção da Avenida Beira Mar. O crescimento desordenado e a diversidade da população, marcados também pela atividade de meretrício dada a proximidade com o porto, tornou a área alvo de preconceitos. Ainda,

“nos depoimentos, percebe-se que várias personalidades de Fortaleza e estrangeiros endinheirados se misturavam alegremente às mulheres e aos pescadores que residiam nos arredores. O “acolhimento” tornou-se uma prática econômica e cultural importante para a comunidade.” (NOGUEIRA, 2006)

O surfe, nesse sentido, surge como outro meio para a superação dos estigmas relacionados ao território. Na década de 80, ainda com características paradisíacas, o Serviluz atraía surfistas de diversas localidades, reforçando a cultura do acolhimento na comunidade. Com a intensificação da violência urbana na área, tal esporte se mostrava como alternativa para a juventude do bairro, mantendo ainda a forte relação com o mar advinda da tradicional atividade pesqueira. A praia do Titanzinho tornou-se conhecida como local de boas ondas e expoente de atletas do surfe. Mesmo assim, segundo Nogueira (2006), o noticiário local, de modo geral, contribuía para o preconceito a partir de um conjunto de narrativas depreciativas, que pode ser considerado um dos fatores para a exclusão da área da rota de turismo oficial de Fortaleza. O Farol, tombado em 1983 no âmbito estadual, sofreu um processo de abandono e deterioração desde então.

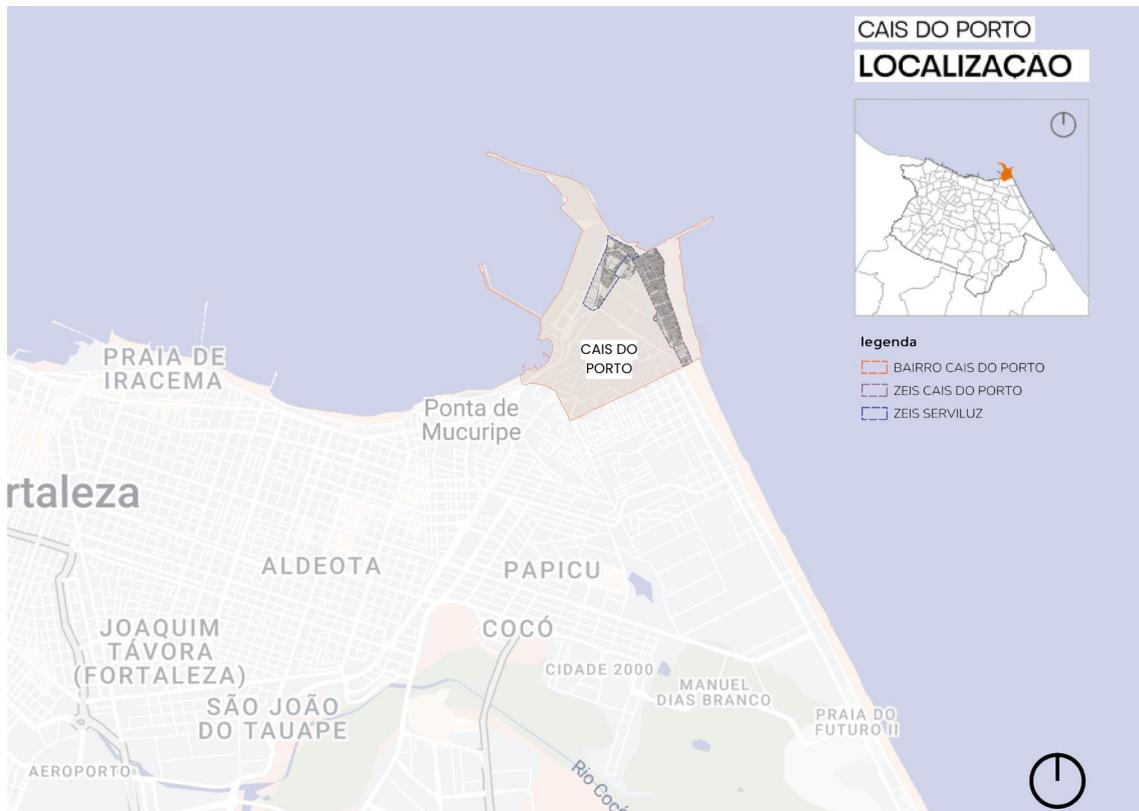
Nogueira (2006) afirma que a construção de novas imagens e a emergência de novas práticas sociais no bairro se tornaram uma necessidade, passaram a fazer parte dos componentes da identidade e da cultura local. Nas entrevistas realizadas pelo historiador,

fica evidente a vontade dos moradores de se apropriarem da identidade e da memória local, de forma a se tornarem protagonistas na produção do imaginário a respeito da comunidade. Desde 1975, essa mobilização tem se consolidado em torno da Associação de Moradores do Titanzinho (AMT) e, mais recentemente, fortalecida pela Comissão Titan, criada em 2019.

No entanto, o desinteresse inicial dos agentes do mercado pela área não se manteve. Em 2013, Vasconcelos destaca que a saturação construtiva da zona litorânea na região leste da cidade pressionava o mercado imobiliário a buscar novas áreas para a mercantilização do solo. Entre a Praia de Iracema, apropriada pela produção imobiliária de alto padrão, e a Praia do Futuro, forte setor turístico, o território (Figura 2) passou a ser alvo de grandes projetos urbanos, que em sua maioria ameaçavam a comunidade com propostas de remoções.

Um dos primeiros indícios dessa transformação foi o Terminal Marítimo de Passageiros, construído no contexto das grandes obras para a Copa de 2014, que sinalizou uma mudança no uso do porto, minimizando o transporte de carga e ampliando a recepção de passageiros para fins turísticos. O Plano Fortaleza 2040 (PF2040), publicado em 2016, também aponta para a transformação do uso do solo no Cais do Porto. Um símbolo da financeirização que permeia o desenvolvimento da cidade, o plano afirma que o Porto do Mucuripe e o zoneamento industrial "bloqueiam oportunidades em uma zona de grande potencial paisagístico, hoje pouco desfrutada, e de importância histórica e turística para a cidade".

Figura 2: Localização da ZEIS Serviluz e da ZEIS Cais do Porto.



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Principalmente a partir da retirada da área de tancagem do Cais do Porto, em 2017, para o novo Complexo Industrial Portuário do Pecém, é possível observar a forte tentativa de reestruturação desse setor da cidade (Paiva; Feitoza, Collares, 2020). O LEHAB, ao analisar as várias tentativas de implementação do Projeto Aldeia da Praia no Serviluz, aponta para a ausência de diálogo com a comunidade desde a concepção do projeto, a desconexão dos projetos com os processos de planejamento urbano e a falta de utilização dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade presentes no Plano Diretor de Fortaleza. Além disso, o estudo indica que as ações propostas têm um perfil que favorece a gentrificação e ameaçam a remoção de um grande número de famílias. As intervenções estatais, segundo a análise, estão alinhadas aos interesses de agentes econômicos influentes da cidade, com o objetivo de alterar o uso do solo em uma área bem localizada e com infraestrutura consolidada (Pequeno, Pinheiro, Barretto, 2021).

Figura 3: Infográfico com as várias tentativas de remoção no Titanzinho.



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Contata-se que, nesse recorte, as intervenções previstas ou executadas (Figura 3) estão sempre conectadas aos setores produtivos, turísticos e imobiliários. Recentemente, um projeto de requalificação da área do entorno do Farol motivou um decreto, no final de 2021, para desapropriação de 88 famílias da ZEIS para a construção de uma praça e estacionamentos. As justificativas para a remoção constituíam a melhoria do acesso ao bem tombado e à orla, bem como sua maior visibilidade, e também consideravam a valorização do Ceará e do equipamento tombado no cenário turístico internacional.

Em março de 2022, moradores relataram ao Diário do Nordeste² que as famílias das casas na área de intervenção do projeto foram surpreendidas com a visita de técnicos encarregados de realizar medições e laudos dos imóveis, sem, no entanto, receberem explicações sobre a obra e as consequências para a comunidade local. Conforme discutido nas reuniões da Comissão Titan, a situação se revela ainda mais desrespeitosa com a população, ao ser revelado posteriormente que as visitas de levantamento foram conduzidas por pessoas que sequer faziam parte do corpo de funcionários da prefeitura, e que esses “técnicos” amedrontaram os moradores determinando a proibição de reformas residenciais a partir daquela data. Especula-se, inclusive, que os responsáveis eram representantes de empresas privadas e entraram nas residências sem apresentar qualquer tipo de autorização institucional, objetivando obter informações para a elaboração de propostas destinadas à licitação do projeto.

Figura 4: Imagem da implantação do Plano de Restauro do Farol do Mucuripe.



Fonte: Diário do Nordeste (2022)

A Prefeitura, em consonância com práticas de gestões anteriores, dificultou a transparência do projeto, ignorando reiterados pedidos da comunidade e das assessorias técnicas pelo acesso ao material produzido. Durante todo o processo, foi divulgada apenas uma planta sem detalhamentos (Figura 4). Ainda assim, a partir da inserção gráfica da planta de implantação disponibilizada, é possível identificar a intenção de estender o calçadão até o Terminal Marítimo de Passageiros (Figura 5), evidenciando a continuidade dos planos de

consolidar a orla leste como um circuito turístico, em detrimento da permanência da comunidade do Titanzinho.

Figura 5: Inserção urbana do projeto do Plano de Restauro do Farol do Mucuripe.



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Cabe lembrar que, segundo o Decreto No 14.211, de 21 de Maio de 2018, que regulamenta os Conselhos Gestores (CG) das ZEIS 1 e 2, conforme o PDPFor, é atribuição do Conselho Gestor opinar, participar e dialogar com o Poder Público sobre os projetos e programas urbanos localizados nas ZEIS não contemplados no PIRF. Entende-se, então, que mesmo não atribuindo poder deliberativo sobre todos os projetos destinados ao território, a comunidade, através do CG, deveria no mínimo ter acesso aos materiais e colocar suas demandas em pauta.

ÁREA DE RISCO DE SER FELIZ: COLETIVIDADE E MEMÓRIA NA LUTA PELA PERMANÊNCIA NO TITANZINHO

Ao estudar e vivenciar o bairro como um todo, torna-se quase impossível escapar ao observador atento o fato de que os moradores do bairro estabeleceram um modo de vida extremamente único. Em vários âmbitos sociais, emerge a criatividade de sujeitos históricos entrelaçados ao meio. A comunidade se apropria culturalmente do território, preservando-o, modificando-o e utilizando-o em benefício próprio (Nogueira, 2014, p. 67).

A própria expressão “Área de risco de ser feliz”, cunhada pelos moradores em diversos espaços de luta, advém de um processo em que comunidade e técnicos contrapõem um

diagnóstico utilizado pela prefeitura para indicar a necessidade de remoções com o argumento de que o território constituía uma área de risco ambiental irreversível. Esse discurso adotado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), em 2018, foi refutado com a elaboração de um parecer técnico-científico³ atestando que os riscos existentes no território estavam relacionados à falta de políticas públicas de saneamento ambiental, de habitação e de cultura e lazer.

Além da já abordada relação com o surfe, que passou pela criação de escolinhas de surfe, outro fato de disseminação do potencial criativo e atlético dos moradores do Serviluz, nos anos 10, a comunidade do Serviluz começou a desenvolver outras estratégias para ter protagonismo nas narrativas referentes ao território. O Coletivo Audiovisual do Serviluz, em parceria com a AMT e a Comissão Titan, desde 2013, organiza a Mostra Audiovisual do Titanzinho e o cineclube Cine Ser Ver Luz, aproveitando a extensa produção audiovisual que ocorre no bairro há muitos anos. São iniciativas que têm sido fundamentais na visibilidade às questões socioespaciais do bairro, promovendo debates sobre o direito à cidade e registrando as lutas contra políticas de remoção⁴.

Figura 6: Mapa das artes | afetos do Titanzinho.



Fonte: Coletivo Audiovisual do Titanzinho (2018)

Nessa perspectiva, outra importante contribuição do Coletivo Audiovisual para a valorização do patrimônio existente no território foi a criação do Mapa das Artes do Titanzinho (Figura 6), também nomeado Mapa dos Afetos. O material sistematiza e espacializa as marcas e

memórias das intervenções artísticas que se espalham por praças, praias e ruas, abordando as atividades no entorno do Farol do Mucuripe e mapeando inúmeros aliados.

Apesar de ter sido historicamente abandonado pelo Poder Público, o Farol do Mucuripe, como pode ser visto pelo histórico do território (Nogueira, 2006), sempre foi um grande símbolo da comunidade do Serviluz. Gorczewski, Albuquerque, Schramm (2020), ao estudarem a relação entre arte e bairro, cinema e cidade como desdobramento de experiências com intervenções audiovisuais e urbanas, trouxeram a narrativa dos moradores da comunidade em relação ao Farol. São relatados diálogos com moradores em que o Farol é exaltado como ponto de encontros e celebrações, espaço de lazer e contemplação (Figura 8), além de um grande monumento simbólico: “guiou muitos povos ancestrais antes da gente, e a gente continua aqui, né, existindo como ele, e isso vai crescendo mais e mais. O Farol nunca deixou de ser guia da gente...” (Spote apud Gorczewski et al, 2020).

Figura 7: Registros da Mostra Audiovisual do Titanzinho.



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Assim, em 2016, uma ocupação do Farol foi organizada principalmente pela comunidade do bairro através do coletivo de artes Servilost. A ação teve sua primeira intervenção com a limpeza coletiva do Farol e do entorno, em março de 2016, e com o primeiro Sarau Farol Roots, que passou a acontecer periodicamente no Farol. A festa em questão foi outra movimentação que trouxe a atenção dos fortalezenses para o abandono do farol. Divulgado apenas pelo “boca a boca”, através de caminhadas pelo bairro com o Carrim das Artes⁵ (Figura 8), o evento em pouco tempo se tornou um ponto de encontro da juventude, o que gerou novamente discussões sobre a gestão do patrimônio tombado. Ainda, vale mencionar que, principalmente em razão do estigma social, ao longo do processo de ocupação, o Sarau enfrentou a oposição por parte da polícia. Para Miraftab (2016), os movimentos sociais, ao buscarem ir além das necessidades individuais, muitas vezes precisam operar em espaços

específicos, mas as instituições de poder, como o Estado e a mídia, tendem a marginalizar as mobilizações fora dos espaços considerados "apropriados", criminalizando as lutas que não se alinham com os modelos tradicionais.

Figura 8: Registro de um evento cultural no bairro com "Carim das artes" ao fundo.



Fonte: Blog do Cine Clube Ser Ver Luz (s.d.)

Nota-se que o sentimento coletivo da comunidade é bem favorável a este tipo de ocupação, ou seja, de uso popular do Farol. Isso porque, assim como geralmente ocorre em vazios urbanos, a negligência à manutenção do equipamento por parte do Poder Público acarretou diversos usos considerados impróprios, como a utilização do espaço para o consumo de ilícitos ou para atos libidinosos, o que tornou o espaço um lugar que inibia a visitação. Assim, o coletivo Servilost, ao propor um uso para o Farol do Mucuripe, coloca em prática o que muitos teóricos do urbanismo, ao discutirem o fen meno dos espaços abandonados no meio urbano, defendem assumindo a potencialidade do espaço urbano abandonado, desmistificando a repulsa ao abandono e reconhecendo-o como espaço de reutiliza o e revitaliza o, espaços que, apesar de aparentemente vazios, estão ocupados por potencialidades e esperanças.

Sendo este trabalho uma tentativa de exaltar a coletividade e as estratégias insurgentes como meio para o desenvolvimento comunitário, vale ainda ressaltar que a movimentaa o do Servilost agregava também artistas de diversas regiões da cidade e uma diversidade de moradores em diferentes faixas-etárias. Dessa forma, durante o processo, cresceu o número de moradores com idade mais avançada que não só passaram a frequentar e cuidar do Farol, como ajudaram a juventude na realiza o dos eventos. Exemplo disso   o caso do senhor, morador de uma casa vizinha   edifica o, que cedia a energia da sua casa para o

funcionamento dos equipamentos usados nas manifestações culturais, já que o espaço do Farol não possui eletricidade. Nas vivências atuais no território, ainda percebe-se muito presente a cultura da solidariedade entre a vizinhança e a da realização de reuniões e socializações no espaço público.

Ainda, neste período, em meados de 2016, o Servilost já iniciava os debates junto à população a respeito do restauro do Farol. Foram a partir dessas movimentações artísticas de ocupação e apropriação do bem patrimonial que surgiram os primeiros registros da vontade dos moradores de serem protagonistas na gestão do equipamento.

Há pelo menos 10 anos⁶, com a segunda tentativa de implantação do Aldeia da Praia, a comunidade vem engajando a luta pela restauração do Farol. Tendo sido em 2021, com a queda da cúpula do equipamento, o retorno da campanha de maneira mais incisiva. Segundo registros das redes sociais e dos jornais locais, a comunidade, através da Comissão Titan, elaborou o abaixo-assinado “Restauração do Farol Velho Já”, além de ter impulsionado a produção audiovisual a respeito do estado de abandono da segunda edificação mais antiga de Fortaleza. Em depoimento ao Diário do Nordeste, Pedro Fernandes reafirmou a forte relação de afeto com o Farol: “O Farol tem um imaginário forte para nós como local de encontro. Faz parte da nossa história, da memória. Do jeito que está, transmite uma coisa ruim para nós, porque reflete o abandono”.

Figura 9: Registro da interdição e da intervenção artística no Farol do Mucuripe.



Fonte: Fabiane de Paula (2021)

Também, em manifesto ao descaso com o equipamento, a comunidade realizou nova intervenção artística na edificação. Dessa vez, a fim de chamar atenção para o caso, cobriu parte da edificação com tinta preta. Em vídeo-manifesto⁷ publicado nas redes sociais da Comissão Titan, a comunidade diz expressar seu luto pelo Farol com a pintura. Até abril deste ano, por decisão do Governo do Estado, em função do risco que a estrutura em ruínas representa para eventuais visitantes, o Farol encontrava-se interditado (Figura 9) e com vigilância 24 horas por dia. Vale lembrar que a comunidade realizou diversos mutirões de limpeza e cuidado com a edificação e o entorno, inclusive, realizando a plantação de mudas no entorno, mas respeitavam a interdição.

No que concerne à organização comunitária em torno da permanência, este trabalho concentra-se nas iniciativas e grupos comunitários do Serviluz que têm pautado o direito à moradia digna e à cidade entre 2016 e o momento atual, período marcado pela intensificação das mobilizações em torno da reabilitação do Farol do Mucuripe. Embora existam diversas ações sociais no bairro, o recorte adotado considera o impacto dessas iniciativas específicas no contexto de planejamento insurgente que resultou no Plano Popular da ZEIS Cais do Porto (PPCP).

Figura 10: Audiência no Ministério Público do Ceará para discutir a remoção pela Prefeitura de Fortaleza, dos moradores do Titanzinho, no Serviluz e Cais do Porto.



Fonte: OPOVO (2022)

Em suma, a organização comunitária no Serviluz tem se destacado por meio de ações colaborativas e estratégias insurgentes de resistência, promovendo a mobilização política e cultural dos moradores (Figura 10). Desde a formação da AMT, surgiram iniciativas como o já abordado Coletivo Audiovisual do Titanzinho, a Comissão Titan e o Serviluz Eco, que se tornaram protagonistas na luta pelo direito à cidade e pela preservação do território. A partir dessas ações, foram criados planos, projetos e campanhas de resistência contra remoções.

A trajetória de organização comunitária no Serviluz inicia-se na década de 1980, quando moradores removidos da Praia Mansa, vizinha a Praia do Titanzinho, enfrentavam o agravamento das precariedades habitacionais depois de reassentados no bairro. Assim, as mulheres da comunidade desempenharam papel fundamental ao formar a AMT, criando as bases para a luta contínua pelo direito à moradia e à preservação da identidade local.

Por sua vez, a Comissão Titan surgiu em 2019, em resposta às ameaças de remoção pelo projeto Aldeia da Praia. Formada por moradores da Rua General Titã, a comissão atua na defesa do direito à moradia e na regulamentação da ZEIS Cais do Porto. Já o Serviluz Eco, idealizado em parceria com o ECOS - Laboratório de Variáveis em Economia Ecológica, do curso de Economia Ecosolidária da UFC, promove a soberania alimentar e a preservação ambiental através da agrofloresta e do reflorestamento de restinga. As ações de reflorestamento buscam conter o assoreamento da região, um problema histórico do bairro, enquanto fortalecem a conexão dos moradores com a natureza e a melhoria da qualidade de vida no meio urbano.

Cabe mencionar um importante processo de mobilização comunitária do Serviluz contra a instalação do estaleiro Promar Ceará, em 2009, que marcou uma importante resistência à ocupação industrial na Praia do Titanzinho. O projeto, defendido pelo governo estadual como uma iniciativa de turismo sustentável, foi contestado pelos moradores, que denunciaram a motivação da escolha do local baseada em interesses econômicos e não em critérios técnicos. Em resposta, a comunidade utilizou instrumentos legais, como o pedido de tombamento da Paisagem Cultural do Titanzinho (Figura 11), valorizando a interdependência entre o ambiente e o modo de vida tradicional. O pedido buscava preservar não apenas o meio ambiente, mas também a memória coletiva e a identidade cultural da região, considerando aspectos históricos, ambientais e sociais.

Figura 11: Material produzido para a Proposta de Tombamento da Paisagem Cultural do Titanzinho.



Fonte: Nogueira (2014)

A proposta de tombamento abrangia uma área de 85,15 hectares, incluindo o Farol do Mucuripe, a praia e a bacia de evolução das ondas, destacando a relevância da interação sustentável entre a comunidade e o mar. No entanto, apesar do potencial turístico baseado na economia solidária e da conformidade com planos institucionais, como o PDPFor e o Projeto Orla, o processo encontrou resistência governamental. A falta de interesse público e a abordagem conservadora do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPHC) dificultaram a aprovação, resultando na estagnação do processo até 2012, sem conclusão até o presente. Mesmo assim, o caso continua a simbolizar a convergência das lutas pela preservação da cultura e do território diante das pressões econômicas e especulativas.

PLANO POPULAR DA ZEIS CAIS DO PORTO

Apesar da inclusão da ZEIS no PDPFor, a regulamentação e implementação desse instrumento ficaram pendentes. Em 2019, quase dez anos após a revisão do plano diretor, em resposta à pressão popular, foram iniciados os Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRFs) para dez ZEIS prioritárias. A ZEIS Serviluz teve seu PIRF elaborado pela parceria entre PMF e Universidade de Fortaleza (UNIFOR). A ZEIS Cais do Porto, no entanto, foi excluída da lista de prioridades, apesar da intensa organização comunitária.

Buscando reconhecimento, a comunidade da ZEIS Cais do Porto, por meio da Comissão Titan, solicitou assessoria técnica de grupos da UFC e da UNIFOR para desenvolver, de forma participativa, um plano que atendesse às reais necessidades dos moradores. Essa mobilização resultou no desejo de elaborar um Plano Popular, iniciado ainda em 2019, construído coletivamente pelos próprios moradores. O documento, no intuito de ser instrumento para reivindicação e para dar as bases para um PIRF próprio da ZEIS Cais do Porto, expressa as perspectivas de futuro desejadas pela comunidade, articulando sonhos e mobilizando afetos para o bairro (Rabelo, 2023).

Comparando os processos de construção dos dois planos, Rabelo (2023), aponta que a institucionalização de processos comunitários pode enfraquecer as práticas de resistência, limitando sua dinamicidade e independência. Na elaboração do PIRF Serviluz, a atuação institucional nos Conselhos Gestores (CG) das duas ZEIS é um grande exemplo, uma vez que questões burocráticas, como a necessidade de quórum e a publicação de regimentos, frequentemente atrasaram ou esvaziaram reuniões, criando barreiras à participação popular efetiva e desmotivando a comunidade.

Ainda sim, a comunidade do Serviluz continuou mobilizada em torno da construção do Plano Popular, que envolveu a realização de oficinas participativas, que resultaram em um diagnóstico e propostas para áreas como habitação, infraestrutura, economia solidária e desenvolvimento cultural. Foi lançado em março de 2023 em uma cerimônia com moradores e diversos representantes do poder público. No final do mesmo ano, o Plano foi reconhecido pelo Ministério das Cidades através do Programa Periferia Viva, pelo qual a iniciativa da comunidade foi premiada (Figura 12).

Figura 12: Registros do evento de lançamento do Plano Popula da ZEIS Cais do Porto e da cerimônia de entrega do Premio Periferia Viva 2023.



Fonte: Acervo pessoal (2023)

O Plano Popular representa então uma potente ferramenta de união entre o conhecimento técnico e as experiências cotidianas da comunidade, destacando-se como uma referência normativa de cobrança dos gestores públicos quanto às demandas e projetos sugeridos pelos moradores. A partir de diversas oficinas com a comunidade, foram elaborados o diagnóstico participativo e várias proposições divididas nos temas Habitação e Infraestrutura Urbana, Equipamentos Públicos e Espaços Livres, Economia Ecosolidária, Ambiente Natural e Desenvolvimento Cultural e Comunitário. Entre os princípios fundamentais, destacam-se o direito à moradia e segurança da posse e o direito à paisagem cultural do bairro, incluindo a valorização do patrimônio histórico e a proteção dos espaços naturais essenciais à identidade da comunidade. O Plano Popular defende o direito à preservação dos laços de uma vida comunitária cooperativa, que já é uma característica presente na região. Além disso, aponta a possibilidade de fortalecer esses laços por meio de iniciativas socioambientais mais solidárias, com ênfase na geração de renda local que seja ambientalmente mais sustentável e menos prejudicial (PPCP, 2023).

A cultura é um dos pilares do Plano Popular, com forte ênfase na preservação da memória coletiva e no fortalecimento dos laços comunitários. O plano propõe o reconhecimento e valorização das manifestações culturais locais já mencionadas. Como estratégia, sugere a criação de circuitos de memória comunitária e a restauração do Farol do Mucuripe para uso como um "Espaço de Memória Viva e Cultura do Titanzinho" de forma a integrar a história e o cotidiano da população ao processo de desenvolvimento comunitário e cultural do território, reforçando uma alternativa às demandas dos setores imobiliário e turísticos.

Meio a articulação de finalização do Plano Popular, em janeiro de 2023, a campanha #REVOGAIZOLDA surge como uma reação da comunidade à ameaça pelo Decreto 34.451. Este decreto foi uma das últimas ações da gestão do ex-governador Camilo Santana, antes de sua substituição por Izolda Cela. Embora representantes da Secretaria de Planejamento e

Gestão do Ceará (SEPLAG) tenham afirmado informalmente que não seriam mais realizados projetos de remoção na região, a comunidade passou a ser alvo das visitas técnicas irregulares já mencionadas, que continuaram amedrontando as famílias.

A oposição ao decreto e ao Plano de Restauro do Farol do Mucuripe, levou a Comissão Titan a adotar uma postura ativa, iniciando um processo de sensibilização por meio de uma carta aberta e destacando a relação de identidade entre a comunidade e o território, com foco nas famílias que residem há mais de 60 anos no entorno do Farol Velho. Embora a campanha não tenha sido amplamente divulgada nas redes, a Comissão articulou várias reuniões para planejamento de estratégias de comunicação e produção audiovisual para fortalecer a mobilização, buscando pressionar as gestões estadual e municipal e destacar as implicações do decreto sobre a comunidade. Nesse contexto, a campanha #REVOGAIZOLDA esteve profundamente entrelaçada com o engajamento e a apropriação do Plano Popular pela comunidade.

A VITÓRIA DA COMUNIDADE ENTRE CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

Em julho de 2023, o Ministério Público do Ceará (MPCE), a pedido da comunidade, interveio junto à PMF, solicitando esclarecimentos sobre as tentativas de revogação do Decreto 34.451. A resposta da Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR) destacou que o processo de licitação estava em andamento para o restauro do Farol e estudos arqueológicos na área, ainda sem a inclusão de obras de urbanização no entorno. Entretanto, o decreto de remoção permaneceu inalterado, e a comunidade continuou com dificuldade de acesso às informações sobre os estudos e as obras. Em agosto, foi iniciada a colaboração com a empresa contratada para a parte da arqueologia, ANX Engenharia e Arqueologia. A empresa, sabendo das movimentações da comunidade em torno do equipamento através das redes sociais, entrou em contato com a Comissão Titan para incluir os moradores no processo.

Cabe mencionar que a participação comunitária no campo dos trabalhos arqueológicos, através da realização de Oficinas de Patrimônio, é uma exigência do IPHAN. Ainda, a equipe da ANX mostrou-se realmente interessada em contribuir para a luta popular, escutando as demandas da Comissão Titan. Assim, estrategicamente, a comunidade e a empresa definiram que as oficinas seriam destinadas à capacitação dos moradores quanto à catalogação e fichamento do patrimônio existente no território, o que se deu entre os meses de agosto e outubro de 2023.

No decorrer desse processo, o movimento pela revogação, mas apenas em abril de 2024 a pauta foi retomada pelo Conselho Gestor da ZEIS Cais do Porto, com a participação da SETUR e do IPHAN. Em maio, o decreto foi revogado. Isso somente porque o Conselho Gestor (CG) da ZEIS colocou tal pauta como uma das condicionantes para autorização do início das obras de restauro, que era necessária à legalidade da obra, constituindo um dos raros casos em que uma intervenção no território da ZEIS seguiu a norma de consulta à

população residente. Apesar da comunidade considerar tal conquista uma vitória popular, já que as reivindicações pela reforma do Farol acontecem há pelo menos 10 anos, ainda restam inquietações a respeito da segurança fundiária dos moradores do entorno do equipamento, considerando a abordagem fragmentada (FREITAS, 2006) que a gestão estratégica adota em assentamentos populares no intuito de expandir a cidade destinada ao deleite das classes altas e dos turistas.

Não se trata de tentar prever a gentrificação, mas de se atentar às dinâmicas socioespaciais existentes, já que para a área, em 2022, foi aberto um edital para assistência técnica à Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) para elaboração de um plano urbanístico e formulação de minuta de Projeto de Lei de uma Operação Urbana Consorciada. Entre os objetivos, consta incrementar o potencial turístico e a competitividade de Fortaleza, promovendo seu desenvolvimento social e econômico. No edital, também são citados o Plano Fortaleza 2040 e a transferência da atividade industrial para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém como motivadores para uma “ampla renovação urbana” do território.

Ao acompanhar as reuniões dos Conselhos Gestores desde 2022, as contradições e tensões inerentes ao planejamento hegemônico se tornaram evidentes. Já em 2021, pesquisadores do LEHAB alertavam para a falta de efetividade dos espaços do Conselho Gestor (CG)⁸. Três anos depois, pouco mudou: apesar da vitória parcial quanto às condicionantes para a obra do Farol, o CG, em geral, não é capaz de encaminhar as demandas da população, além de ser um espaço reiteradamente esvaziado pelos representantes do poder público. Com o início de um novo processo de eleição do conselho, em novembro deste ano, os moradores reclamam da falta de respaldo do CG frente ao resto da comunidade, visto a pouca transparência e dificuldade de encaminhamento das propostas. A tentativa de integrar os moradores nos processos de decisão, especialmente em torno da gestão do Farol, tem sido marcada por falhas institucionais e burocráticas.

Vale mencionar que as reuniões do Conselho Gestor ocorrem ordinariamente a cada dois meses e, de forma extraordinária, quando convocadas. No entanto, a participação dos moradores é prejudicada pela baixa mobilização para esses encontros. A ineficácia do espaço é frequentemente mencionada pelos moradores, que relatam o desgaste físico e emocional de participar de reuniões, muitas vezes após um dia inteiro de trabalho, sem que resultados concretos sejam alcançados.

Apesar desses desafios, o trabalho coletivo da comunidade tem sido um ponto de resistência e de construção de alternativas. O Grupo Farol, articulado este ano após o início das obras, envolve moradores, universidades e assessorias técnicas. O coletivo vem realizando ações importantes para reivindicar a gestão compartilhada do Farol do Mucuripe. De outubro a novembro deste ano, por exemplo, foram desenvolvidas atividades como a oficina “Caminhar, Fotografar e Roda de Conversa”, realizada em setembro, e a oficina “Intervir nas Imagens | Conversar com as Memórias”, em novembro, nas quais moradores e colaboradores interagiram com fotografias do território, criando novas narrativas visuais. A

proposta era de que a intervenção nas imagens, utilizando materiais diversos, permitisse a criação de novas sensibilidades e narrativas, promovendo uma interação profunda com a história e as memórias locais.

Em novembro deste ano, a XI Mostra Audiovisual do Titanzinho trouxe, além de sua tradicional exibição de filmes, um percurso por intervenções de lambes espalhados pelas ruas da comunidade (Figura 13). A participação ativa da população nas ações culturais e artísticas tem se mostrado uma estratégia poderosa para fortalecer a luta guiada pelo Plano Popular na busca por uma gestão mais equitativa e compartilhada do território.

Figura 13: Registros do percurso do projeto “Espaços de Memória Viva e Cultura do Titanzinho”.



Fonte: Acervo pessoal (2024)

CONCLUSÃO

Neste artigo, buscou-se colocar em evidência as práticas insurgentes de planejamento e resistência no Serviluz relacionadas ao desejo pela permanência no território e pela preservação da memória da comunidade. Abordar o caso do restauro do Farol do Mucuripe, nesse sentido, permitiu confrontar diversas dimensões do planejamento em contexto de conflito, visto que o Farol um símbolo importante não só para a história da cidade, como principalmente para a coletividade no Serviluz. Além disso, esse processo expõe as contradições inerentes ao planejamento hegemônico, que trata a cidade como mercadoria, ao propor a remoção de famílias consolidadas em uma ZEIS. Ainda assim, percebe-se que a comunidade continua engajando práticas contra-hegemônicas que expressam a cultura e a criatividade inerentes ao território.

Entendendo que o desenvolvimento urbano de Fortaleza está intensamente atrelado à financeirização da gestão e do planejamento da cidade, observou-se como a falência seletiva dos instrumentos do Plano Diretor e a dissociação das políticas urbanas e de preservação interferem na estruturação territorial do Serviluz. Com um histórico de ocupação intrinsecamente relacionado ao ambiente natural e ao patrimônio cultural, visto a relação da comunidade com o mar e com o Farol do Mucuripe, a comunidade do Serviluz frequentemente toma a coletividade e a memória como ferramentas para enfrentar a segregação socioespacial. Tendo resistido a diversas ameaças do Poder Público de remoção de uma população de baixa renda, em uma área de interesse do mercado imobiliário e turístico, os moradores organizados do Serviluz demonstram a potencialidade da solidariedade e da consciência historicizada, como aponta Miraftab (2016) ao abordar os princípios do planejamento insurgente.

O esforço realizado na síntese da atuação de alguns dos coletivos do território surge da necessidade de entender como a comunidade se organiza e se relaciona entre os diversos grupos. Verificou-se a existência de uma rede de coletividades que atua em parceria com universidades e assessorias técnicas. Assim, são realizadas atividades de cultura e lazer, promovidos espaços de formação, realizadas cartografias sociais e diversas outras estratégias em torno da luta pela permanência. Conclui-se que, embora essas práticas geralmente não tenham implicações diretas nas políticas públicas, elas se revelam essenciais para a mobilização e conscientização popular, como exemplificado pela campanha Revoga Izolda. Embora a campanha não tenha tido ampla divulgação e não haja evidências sólidas de uma relação direta com a revogação do Decreto 34.451, é possível afirmar que os espaços de discussão em torno dessa pauta, em 2023, desempenharam um papel crucial em manter vivos os esforços para a reivindicação.

Notou-se também que, no planejamento do território, a comunidade permeia entre espaços hegemônicos e espaços próprios, ora buscando a institucionalidade, visto a atuação no Conselho Gestor (CG), ora produzindo uma agenda independente de atuação no território. O caso do Serviluz demonstra que, apesar das políticas estatais voltadas ao direito à cidade, essas frequentemente apresentam poucas evidências de um real potencial transformador. Tal potencial se encontra, de fato, em ações não oficiais, insurgentes e nas práticas conflituosas de grupos organizados coletivamente (FREITAS, 2019). O ativismo e a divulgação das atividades da comunidade nas redes sociais, nesse sentido, também mostram-se relevantes para a imaginação de outros futuros possíveis.

Na terceira parte, que é concentrada no encadeamento temporal da luta pela revogação do Decreto 34.451, também é brevemente realizada uma relação do processo com outros planos e projetos institucionais, além de identificar alguns agentes envolvidos. Percebe-se que, até agora, as intervenções urbanas no território só são colocadas em pauta e para a deliberação do CG quando existem entraves legais e burocráticos, como foi o processo de início da obra de Restauo do Farol do Mucuripe. Com a participação nos espaços do CG,

nota-se que os representantes do Estado pouco se esforçam para comparecer às reuniões e pouco contribuem com a mobilização popular.

Por fim, é fundamental destacar que os moradores do Serviluz permanecem ativos e insurgentes, mesmo diante das dificuldades de mobilização e efetivação de direitos. O CG da ZEIS Cais do Porto está caminhando para a eleição do próximo corpo de representantes e a Comissão Titan, a Associação de Moradores e outros grupos do bairro seguem em atividade. Na tentativa de influenciar a gestão do patrimônio edificado do território — uma questão que está em vias de ganhar destaque nas disputas, especialmente com a previsão de entrega do Farol do Mucuripe restaurado — os coletivos já estão realizando ações voltadas à preservação da memória local, como visto com a XI Mostra Audiovisual do Titanzinho.

Pesquisar, vivenciar e atuar no Serviluz enquanto Assessoria Técnica Popular constitui, para a autora, uma grande renovação de esperança a cada visita. É um pedaço de Fortaleza em que a coletividade, a solidariedade e o bem viver com a natureza ainda resistem frente às ameaças do capital. As estratégias da organização comunitária do território evocam o que Nego Bispo (2023) propõe quando afirma que é preciso transformar as armas do inimigo em defesa: é imaginando futuros contra-hegemônicos que cria-se a possibilidade de barrar a ameaça.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO TITANZINHO et al. **Plano Popular da ZEIS do Cais do Porto**. Fortaleza, 2022.

CEARÁ. Decreto-lei nº 34.451, de 9 de dezembro de 2021. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AS ÁREAS E IMÓVEIS QUE INDICA, COM SUAS BENFEITORIAS E ACESSÕES, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2021.

FREITAS, C. F. S. "Insurgent planning? Insights from two decades of the Right to the City in Fortaleza, Brazil". *In: City, analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, v. 23, n. 3, p. 285-305, 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

GORCZEWSKI, Deisimer; ALBUQUERQUE, Aline Mourão de; DUARTE, Emília Schramm. Fortalezas (in)visíveis: intervenções urbanas e audiovisuais. *In: Arte e Transmídiações - Anais do 3º Congresso Intersaberes em Arte, Museus e Inclusão*; III Encontro Regional da ANPAP Nordeste e 8ª Bienal Internacional de Arte Postal. Anais... João Pessoa (PB), 2020.

- GÓIS, R. A. D.; PEQUENO, L. R. B.; COSTA, M. C. L. **O planejamento estratégico e megaeventos: suas semelhanças e consequências no espaço urbano de Fortaleza.** GEOSABERES REVISTA DE ESTUDOS GEOEDUCACIONAIS, v. 6, p. 265-276, 2015.
- HOLANDA, Breno Santiago. **O avanço do atraso: o estado, as parcerias público-privadas e o intra-urbano continuado da RMF.** 2021. 328 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.
- MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade; PEQUENO, Luis Renato Bezerra. Parecer Técnico-Científico: **Análise Contextualizada do Estudo de Área de Risco Comunidades do Titanzinho e Serviluz.** Fortaleza, 2021.
- MIRAFTAB, F. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009.
- MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p. 363-377, 2016.
- NOGUEIRA, A. A. **Fogo, vento, terra e mar: migrações, natureza e cultura popular no bairro Serviluz em Fortaleza (1960-2006).** 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- NOGUEIRA, A. A. **Surfando nas ondas do Titanzinho: corpo, memória, natureza e cultura em Fortaleza (1960-2010).** 2015. 257 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- PAIVA, Ricardo; FEITOZA, Rívia; COLLARES, Sofia. **O Porto do Mucuripe na encruzilhada das políticas públicas de turismo, projetos urbanos e ZEIS: processos e conflitos socioespaciais.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 39, p. 587-604, 2020. DOI: 10.5151/viicincci-39.
- PEQUENO, L. R. B.; FREITAS, C. F. S. **Desafios para implementação de Zonas Especiais de Interesse Social em Fortaleza.** Cadernos Metrôpole (PUCSP), v. 14, p. 485-505, 2012.
- PEQUENO, R. **Mais de uma década de remoções em Fortaleza: uma análise espaço-temporal.** In: MOREIRA, F. A.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. F. (Org.). Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares [livro eletrônico]: observatório de remoções: relatório bianual 2019-2020. São Paulo: FAUUSP, 2020.
- RABELO, Pedro Vitor Monte. **Fortaleza em disputa: contradições da política urbana e processos de re-existências no Serviluz e Cais do Porto.** 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

TANAKA, Giselle. **Planejar para Lutar e Lutar para Planejar**: possibilidades e limites dos planejamentos alternativos. Tese de Doutorado apresentada ao IPPUR/UFRJ, p. 65-108. Rio de Janeiro, 2017.

¹ Ver Programa Fortaleza Cidade Competitiva (2017)

² A questão do Plano de Restauo do Farol e do Decreto 34.451 foi tratada pela imprensa através de entrevistas com moradores e com representantes do O Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA). Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/moradores-questionam-projeto-turistico>. Acesso em: 04 de set. de 2022.

³ Ver Parecer Técnico-Científico: Análise Contextualizada do “ESTUDO DE ÁREA DE RISCO COMUNIDA- 224 DES DO TITANZINHO E SERVILUZ”.

⁴ Para conhecer mais atividades dos coletivos do território, visitar:

<https://www.instagram.com/associacaotitanzinho/> | <https://www.instagram.com/comissaotitan/> | <https://www.instagram.com/servilost/> | <https://www.instagram.com/mostratitanzinho/>

⁵ Um carrinho catador de papelão adaptado para circular no bairro com equipamentos que viabilizam a projeção de audiovisuais do Cine Ser Ver Luz. O projeto do carrinho, integrado à pesquisa Artes | Espaço Comum | IntenCidades (2014-2016), coordenada pelo LAMUR | PPGArtes | UFC, foi elaborado em aliança com o projeto de extensão Varal – Laboratório de Iniciativas em Design Social, vinculado ao Canto – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFC, na 1a fase de encontro entre pesquisas e comunidades, com oficinas de prototipagem junto aos cursos de Arquitetura e Design da UFC e a Associação de Moradores do Titanzinho.

⁶ Desde a I Mostra Audiovisual do Titanzinho é possível encontrar produções com a temática do Farol e da memória. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=YwFqYE5NmMO>.

⁷ Vídeo-manifesto da comunidade pela restauração do Farol do Mucuripe: <https://www.instagram.com/p/CQuEH0cFclz/>

⁸ Um exemplo é a recente demanda da comunidade pela Secretaria Regional 2 (SER2) no conserto de diversas luminárias do território. Já aconteceram duas reuniões em novembro deste ano em que o morador Presidente do CG da ZEIS Cais do Porto solicitou que o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Fortaleza (Ipplan Fortaleza) pressionasse a SER2 na resolução do caso e os representantes do Ipplan, em contrapartida, relatam em reunião não obter resposta da secretaria. A ata das reuniões também não foram publicadas no portal de transparência da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.